



Seis meses de gestão: resultados e previsões para 2001

No dia 13 de junho, o Procurador de Justiça, Eduardo Albuquerque, iniciava sua gestão no cargo de Procurador Geral de Justiça do MPDFT, para o biênio 2000/2002. Entre suas prioridades na direção do



Solenidade de posse: o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, ladeado pelo Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, o Ministro do STF, Sepúlveda Pertence e o Ministro do Tribunal de Contas da União Walton Rodrigues

MPDFT está a construção de sedes próprias para Promotorias de Justiça nas cidades satélites. Com relação à obra da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, o início da execução, antes previsto somente a partir de 2002, já começa no próximo ano, graças aos esforços da Procuradoria-Geral do MPDFT junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para liberação de recursos.

Também no início de 2001, a Promotoria de Justiça de Ceilândia irá ocupar novas instalações, mais amplas e modernas, no prédio anexo ao Fórum de Ceilândia. Atualmente, três a quatro Promotores de Justiça dividem uma mesma sala, o que dificulta a operacionalização dos trabalhos e o atendimento à comunidade. A mudança é consequência do esforço do Promotor-Chefe de Ceilândia, Fernando César Valente, que resultou em um acordo firmado entre o Procurador-Geral e o Presidente do TJDF, Edmundo Minervino Dias.

Além de alcançar novas conquistas, os esforços da Procuradoria-Geral de Justiça, nesses seis primeiros



Assinatura de acordo entre o Procurador-Geral do MPDFT, Eduardo Albuquerque e o presidente do TJDF, Edmundo Minervino Dias

meses, também estiveram voltados para a solução de pendências, como a quitação de anuênios dos ex-celetistas, transformações de décimos em quintos e averbações de tempo de serviço.

Também foi conseguida a verba necessária ao pagamento da variação da URV aos membros e servidores ainda neste ano 2000.

Outro marco desse período é a ampliação do papel social do MPDFT, ao intermediar diversos movimentos grevistas no DF. O êxito do Ministério Público nas negociações traduz importante evolução na atuação do MPDFT. Trata-se do início de uma nova história, de um Ministério Público ainda mais próximo da sociedade.

Saiba mais

Quitação de pendências e capacitação dos membros

3

Cada vez mais perto do cidadão, o MPDFT intervém em conflitos grevistas e auxilia na manutenção de serviços essenciais à sociedade

4 e 5

Promotoria de Ceilândia vai ocupar novas instalações. Construção da sede da Infância e Juventude começa em 2001

8

Garantidos mais recursos para o MPDFT em 2001

O relator setorial do Projeto de Orçamento da União, deputado José Carlos Elias (PTB - ES), em seu parecer à Comissão Mista do Congresso Nacional, acolheu todas as emendas apresentadas por parlamentares de Brasília, concedendo mais recursos ao MPDFT.

Em sua deliberação, a Comissão Mista de Orçamento aprovou sem ressalvas os novos aportes de verbas, o que praticamente assegura ao Ministério Público, para 2001, um orçamento mais compatível com suas reais necessidades.

O Procurador-Geral de Justiça manteve gestões junto ao Relator-Geral do Orçamento, senador Amir Lando, visando à aprovação definitiva, sem cortes, dos montantes aprovados pela referida comissão técnica, de modo a que as diversas programações orçamentárias do MPDFT possam ser devidamente executadas, já a partir de janeiro próximo, em conformidade com a nova dinâmica de atuação que está sendo implantada em nossa instituição.

O futuro não é o que se teme, mas o que se ousa

Estamos encerrando mais um ano de labutas ministeriais por este Distrito Federal a fora, nas mais diversas áreas de atuação, com vitórias e com derrotas, mas, sobretudo, com dignidade e dedicação. Estamos encerrando mais um ano de serviços públicos prestados, e ser servidor público ou agente político — tanto faz — é antes de mais nada servir ao seu País e a seu povo. Estamos chegando ao final do ano e, com isso, encerram-se uns poucos meses desta nova gestão administrativa, desde que assumimos o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Do ponto de vista da história da humanidade, estamos chegando ao fim de um milênio e, do abismo de nossas tristezas e alegrias, resgatamos o que nos é mais caro: a esperança. Esperança esta que nos introduz nos caminhos e se impõe como razão de aceitarmos os desafios da vida e da morte.

Para viver, basta confiar na vida. Confiantes, formulamos e executamos nossos empreendimentos na esperança do acerto. Acertamos e erramos, mas sobretudo vivemos, pois é assim que se vive. Oferecemos neste jornal um pouco daquilo que entendemos ser acertos, algumas obras destes poucos meses de gestão, desde atitudes de defesa intransigente de colegas atacados em razão do exercício de suas funções, por meio de notas oficiais desta Procuradoria-Geral, passando por inúmeras vantagens de natureza pecuniária para membros e servidores obtidas, implantação de uma política de respeito absoluto à dignidade funcional dos membros no trato administrativo dos ofícios, intervenções vitoriosas no Congresso no sentido de ampliar em R\$ 3.320.000,00 (três milhões e trezentos e vinte mil reais) o nosso orçamento, o fortalecimento radical de uma política externa que nos permitirá colher frutos indispensáveis ao crescimento e consolidação da instituição, com reuniões sistemáticas com grandes lideranças locais e nacionais dos mais diversos matizes partidários e ideológicos, gestões políticas para viabilizar a incorporação imediata dos 11,98%, até os terrenos adquiridos e as obras viabilizadas, tal como antecipação da construção da nova sede da Infância e Juventude.

Se foi com confiança que nos lançamos nesses empreendimentos de fortalecimento interno e, principalmente, externo da nossa Instituição, não será de outro modo que alcançaremos nossa meta de maior importância imediata: a tão almejada lei de cargos. Em conversa com autoridades do executivo federal, tivemos boa sinalização política no sentido de se colocar em regime de urgência urgentíssima o Projeto de Ampliação do Quadro de Membros do MPDFT.

Mais importante do que o breve retrospecto desses seis meses de gestão, é a mensagem de esperança e de confiança que pretendemos deixar. Confiança, pois o futuro, como já dissemos, não é o que se teme, mas o que se ousa, e essa tem sido a nossa marca nos limites de nossas possibilidades.

Por último, gostaria de ofertar as palavras bíblicas do Salmo 20,7: "Uns confiam em carros, outros em cavalos; nós, porém, gloriaremos em nome do Senhor nosso Deus". É confiando em Deus, meus irmãos, que desejo a todos vocês, membros e funcionários de nossa Casa, um feliz natal e muitas realizações neste milênio que se aproxima.

Eduardo Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça do DF

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma publicação bimestral editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti - lote 2 - Edifício Sede - Brasília - DF - CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 - <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procurador-Geral de Justiça: Nidia Corrêa Lima
Corregedora-Geral: Zenaide Souto Martins
Chefe de Gabinete: Andrelino Bento Santos Filho
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação: Patrícia Oliveira, Virginia Camargo, Aldo Gil e Ana Gleice Queiroz
Fotografia: Ednair Macedo Alves e Eliane Machado
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 1500 exemplares
Impressão: Centros Gráfica Ltda

Fim das pendências e capacitação de Membros e servidores

Vantagens pecuniárias para membros e servidores

Após várias gestões junto ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, a Procuradoria-Geral do MPDFT assegurou a verba necessária para o pagamento da variação de URV a membros e servidores. Para os membros, foi acordado o pagamento dos valores do mês de novembro, complementação do 13º salário, incorporação da parcela da URV na remuneração do mês de dezembro, do corrente ano, e a quitação de décimos/quintos e anuênios, também neste dezembro de 2000.

Para os servidores foi autorizada a inclusão do percentual de variação da URV na folha de pagamento de dezembro do corrente ano; pagamento dos valores retroativos do

período de janeiro a novembro/00, antes do final de 2000; complementação do 13º salário de 2000, referente ao percentual da URV paga juntamente com a folha de pagamento deste mês de dezembro, e preparação da folha contendo os valores de exercícios anteriores referentes aos anos de 1998 e 1999, para pagamento assim que houver disponibilidade orçamentária e financeira.

COMPLEMENTAR DO MÊS DE NOVEMBRO/00

Pagou-se no dia 13/12/00 a folha complementar do mês de novembro/00 que inclui: 1) Pagamento dos valores de auxílio-alimentação retroativos a 22/11/00; 2) Pagamento de substituição de membros; 3) Eventuais alterações ocorridas no

mês de novembro/00.

FOLHA COMPLEMENTAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quitação, em folha complementar, até o final de dezembro/00, dos valores referentes a parcelas de exercícios anteriores.

PARCELAS DE FÉRIAS DO ANO DE 2001

Esforços para liberação de recursos para as parcelas de adiantamento de férias, abono constitucional e abono pecuniário (membros) em janeiro/01.

ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO EXERCÍCIO DE 2001

Os valores referentes ao adiantamento de 13º salário para os membros e servidores que gozarão férias em janeiro/01, serão pagos no início de janeiro de 2001.

Quitação das pendências

Cerca de 350 pessoas que aguardavam, há anos, a transformação de seus décimos em quintos tiveram a pendência quitada. Anuênios dos ex-celetistas (53 servidores) e averbações de tempo de serviço de membros também foram pagos, num total de R\$ 2.258.798,18.

Bolsas de pós-graduação

Procuradores e Promotores de Justiça (num total de cinco membros) receberam, em sorteio, bolsas para o I Curso de Especialização em Direito Penal Econômico e da Empresa, realizado pela Fundação Escola Superior do MPDFT em convênio com a Universidade de Brasília.

Caixa exclusivo

Solicitações de Procuradores e Promotores de Justiça por um atendimento diferenciado no Banco do Brasil resultaram na assinatura de um aditivo do contrato para a instalação de caixa exclusivo, que já funciona desde o final de setembro.

Inscrição gratuita para o III Jornadas



Solenidade de abertura, à esquerda: Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Antônio Santos; professora titular da Universidade de Coimbra Anabela Rodrigues; professor titular da Universidade Estadual do RJ José Carlos Moreira; Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque; Ministro da Justiça, José Gregori; Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Ada Pellegrini Grinover; Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Carlos Alberto Carmona; Secretária de Assuntos Legislativos Ivete Viegas; Ministro do STM Flávio Flores da Bierrenbach e, no púlpito, o Promotor de Justiça Petrônio Calmon Filho.

Convênio firmado entre MPDFT e Instituto Brasileiro de Direito Processual isentou membros e servidores do pagamento de inscrição para o "III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal", realizado em Brasília, de 23 a 26 de agosto, no auditório do MPDFT.

O objetivo do III Jornadas foi promover estudos e debates sobre a reforma do Código de Processo Penal para elaboração de propostas a serem apresentados ao Ministério da Justiça e ao Congresso Nacional. O evento contou com a participação de renomados juristas e de todos os segmentos que compõem a atividade da justiça penal.

Sucesso nas intermediações de conflitos entre grevistas e governo, além de participação em projetos sociais, consolidam o reconhecimento e respeito da sociedade pelo MPDFT

Canal de comunicação entre Sinpro e GDF

Preocupadas com a situação dos estudantes que poderiam ter o ano letivo prejudicado, a Procuradoria-Geral e a Promotoria de Defesa da Educação aceitaram intermediar as negociações entre os líderes da greve dos professores e o governo do DF. Enquanto a Promotora de Justiça Luisa de Marillac buscou um consenso entre professores e Secretaria da Educação, no que se referia às exigências ligadas diretamente à área da Educação, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, assumiu a negociação das reivindicações voltadas para a área financeira e levou ao Executivo local os pedidos dos professores relacionados com as questões que dependem de decisão do governo federal.



No dia 18 de outubro, representantes da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb) visitaram a Procuradoria-Geral do MPDFT para manifestar apreensão diante da possibilidade de que a greve dos professores pudesse dificultar a preparação para o vestibular de 2001 e para o Programa de Avaliação Seriada (PAS), uma alternativa de acesso à UnB. Além de levar aos líderes do movimento grevista o pleito dos estudantes de Brasília, o MPDFT, por mérito da Promotora de Justiça de Defesa da Educação, Luisa de Marillac, buscou e conseguiu que o reitor da Universidade de Brasília, Lauro Morhy, adiasse o PAS para janeiro de 2001.

Convênio inédito

Por iniciativa da Promotora de Justiça de Defesa da Educação foi firmada parceria inédita entre o MPDFT e uma entidade privada de ensino superior (A.E.U.D.F) para realização de curso de extensão focado na defesa dos direitos da criança e do adolescente e no papel da escola e dos conselhos tutelares. Ao todo, foram 50 vagas para a comunidade, alunos e professores da A.E.U.D.F, conselheiros tutelares e representantes de todas as gerências regionais de ensino. As aulas foram ministradas durante cinco sábados seguidos, a partir de 26 de outubro.



Presidente da A.E.U.D.F, Walter Ribeiro Valente, Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, e Promotora de Justiça de Defesa da Educação Luisa de Marillac

Atuação decisiva

No dia 17 de outubro, cerca de 400 servidores auxiliares da Educação (em greve há 21 dias) ocuparam pacificamente o segundo andar da Subsecretaria de Educação, na tentativa de serem atendidos pelo Subsecretário de Assuntos Inter-sindicais, Vatanábio Brandão. De acordo com Francisco das Chagas, secretário-geral do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar (SAE), a ordem era desocupar o prédio somente quando o governo negociasse.

No dia seguinte, líderes do comando de greve do SAE pediram o auxílio do Ministério Público na intervenção das negociações entre o governo e a categoria. Como exigência definitiva para início da intermediação, o MPDFT pediu a desocupação do prédio público, e foi prontamente atendido pelos servidores. Após três dias de negociações, no dia 21 de outubro, aos 23 dias em greve, os auxiliares de ensino voltaram ao trabalho.

Serviço de limpeza: Diante das muitas dificuldades de negociação entre GDF e grevistas do Serviço de A Jardinamento e Limpeza Urbana (Salub), o MPDFT assumiu a mediação das negociações. Recebeu os líderes do comando de greve, ouviu as reivindicações e levou-as diretamente ao governador do DF. Negociou e, no dia seguinte, o impasse já estava resolvido, colocando fim a 11 dias de greve.

Medida preventiva

Por iniciativa da Procuradoria-Geral do MPDFT e do Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Trajano Sousa de Melo, teve início, no dia 24 de novembro, debate sobre a necessidade de se coibir a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina no DF. A preocupação do MPDFT é com a aglomeração de pessoas nesses locais, considerados insalubres e perigosos.

Embora não exista lei que proíba a venda de bebidas alcoólicas, o MPDFT está

Penas alternativas: enfim uma solução



Em primeiro plano, o Desembargador Edmundo Minervino e a Promotora de Justiça Adjunta Fabiana Oliveira

Por iniciativa da Promotora de Justiça Adjunta Fabiana Costa Oliveira, o MPDFT participou, em 18 de outubro, de reunião promovida pelo Presidente do TJDF, Desembargador Edmundo Minervino, cujo objetivo foi firmar convênio com o Ministério da Justiça para o Projeto de Apoio e Acompanhamento na Aplicação de Penas e Medidas Alternativas no Distrito Federal. O Projeto prevê: implantação de fórum interinstitucional permanente para fiscalização da execução das penas e medidas alternativas; cadastramento de entidades onde os sentenciados possam cumprir as penas, e ampliação de vagas para o cumprimento das penas e medidas alternativas aplicadas.

DER: 915 funcionários voltam ao trabalho

No dia 20 de outubro manifestantes em greve do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) tomaram o estacionamento do MPDFT, em manifestação pacífica, para pedir a a intermediação da Procuradoria-Geral no impasse entre a categoria e governo local. As reivindicações da categoria foram levadas ao Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, pelo deputado federal Agnelo Queiróz (PCdoB/DF), deputado distrital Paulo Tadeu (PT), presidente da CUT, Érika Kokay, e o presidente do Sindser, Cícero Rola.



No dia 25 de outubro foi assinado um termo de compromisso entre MPDFT e Cícero Rola, contendo as reivindicações dos servidores, acatadas pelo GDF. O documento foi levado para a assembleia do DER, ocorrida no dia seguinte, quando a categoria decidiu pelo fim da greve.



buscando conscientizar os donos de postos de gasolina, na tentativa de que esse tipo de comércio venha a ser abolido. Uma das bases para o início da discussão é o alvará de funcionamento dos postos, que veda o consumo nesses locais. As discussões sobre o tema deverão continuar até que se chegue a um acordo.

Promotorias instaladas

Em 1/9/00, foram instaladas, em definitivo, a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde – PROSUS e a Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços da Saúde – PRÓ-VIDA, após excelentes atuações em caráter experimental. A PROSUS tem por objetivo garantir o efetivo cumprimento das diretrizes do SUS. A PRÓ-VIDA, assegurar o cumprimento da legislação penal com relação às infrações praticadas por profissionais de saúde — ou por quem exercer ilegalmente as atividades privativas desses profissionais — contra a vida ou saúde da pessoa humana. A necessidade de instalação da PRÓ-VIDA mostrou-se fundamental devido ao grande número de condutas de profissionais de saúde que estavam indo para o campo do Direito Penal e essa quantidade e complexidade de casos exigiam especialização por parte dos profissionais do Ministério Público.

Justiça Comunitária

MPDFT, TJDF, OAB-DF, Defensoria Pública e Universidade de Brasília são parceiros no *Justiça Comunitária*: projeto arrojado financiado pelo Ministério da Justiça e por organizações internacionais, com o objetivo de promover a cidadania e a inclusão social. Na prática, trata-se da preparação de agentes comunitários, selecionados entre lideranças locais. O curso, além de noções práticas de Direito, ministradas por magistrados, membros do MPDFT, defensores públicos, advogados e professores da UnB, inclui técnicas de mediação com o professor das Universidades de Buenos Aires e Santa Catarina, Luis Warat. O centro experimental, implantado no Fórum de Ceilândia, irá formar os primeiros 50 agentes da cidadania, em fevereiro.



O Procurador de Justiça Renato Sócrates e o Promotor de Justiça Newton Valcarengi ministrando palestra na Escola da Cidadania

Comunidade reconhece atuação do MPDFT

Comunidade do Sudoeste, em carta ao Procurador-Geral, agradece ao MPDFT pela atuação no caso Encol

"Exmo senhor Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, através desta carta aberta queremos externar nossa gratidão e reconhecimento pela presteza e competência com que nossa causa foi abraçada e defendida pelo Ministério Público. Em recente decisão, a 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, numa decisão histórica, e de imensurável alcance social, por unanimidade, manteve a sentença de primeiro grau que declarou nulas as hipotecas instituídas de forma fraudulenta, entre a construtora Encol e o Banco Bemge, lesando consumidores. Agindo em sintonia com os princípios positivados pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público, mais uma vez, através do Promotor de Justiça Trajano Sousa de Melo e do Procurador de Justiça, José Firmo Reis Soub, agrega a admiração e o respeito da sociedade. Nós, beneficiários diretos da conquista, e a sociedade, que viu o direito do consumidor ser defendido de forma tão brilhante, estamos orgulhosos, agradecidos, e esperançosos na continuidade do trabalho desta instituição. Muito obrigado."

Serviço ao cidadão: disponível na Internet a ouvidoria do MPDFT junto ao TCDF, para permitir que servidores públicos e cidadãos formulem denúncias contra possíveis irregularidades de atos praticados pela Administração Pública do DF. Endereço: www.tc.df.gov.br/mpjtcdf.

*“É importante que haja unidade entre os MPs para trabalharem com
mesmos objetivos e filosofia”*

*Trecho do discurso do Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, na
solenidade de posse do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Albuquerque.*

I Encontro Nacional da Escola do Ministério Público da União



O Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, cumprimenta o Presidente do STF, Carlos Velloso, na abertura do I Encontro Nacional do MPU, realizado no auditório do MPDFT, nos dias 9, 10 e 11 de outubro. O encontro teve como objetivo apresentar aos participantes a Escola, criada em junho deste ano, e confraternizar os membros dos quatro ramos do MPU.

5ª Conferência Anual da “International Association of Prosecutors”

A 5ª Conferência Anual da “International Association of Prosecutors”, realizada na Cidade do Cabo, África do Sul, teve por temas direitos humanos, crime organizado e poder investigatório dos membros do Ministério Público. Representantes de oitenta países participaram do debate. Entre eles, a comitiva brasileira, chefiada pelo Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, e integrada pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; Procuradora-Geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi; Procurador-Geral do Trabalho, Guilherme Basso; Subprocuradores-Gerais da República Helenita Acioli, Sandra Cureau e Miguel Frauzino; Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República; José Júlio Reis, e assessor do Procurador-Geral da República, Rafael Valentino.

Reconhecimentos



Pela primeira vez em sua história, o MPDFT recebeu, em 14 de dezembro, homenagem inédita da Câmara Legislativa do DF, que se deslocou para o auditório do Edifício-Sede do MPDFT para realizar uma sessão solene. A proposta foi do Deputado Wasny de Roure em homenagem ao dia do MP.

O deputado federal Pedro Celso (PT/DF) elogiou o trabalho da Procuradoria-Geral na intermediação das negociações entre comandos de greve e GDF e se colocou à disposição do MPDFT para assuntos ligados à Câmara dos Deputados, sinalizando grande disposição em atuar, em conjunto, nas questões relacionadas com o Orçamento do MPDFT.

Segurança Pública e crime organizado na mira do MP

De 28 de junho a 2 de julho, cerca de 600 congressistas de todo o Brasil se reuniram em Canelas/RS para debater sobre segurança pública, crime organizado, Ministério Público e Constituição Federal.

O congresso reuniu representantes do MPDFT, do Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, da Confederação Nacional do MP, do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais e do Colégio de Diretores das Escolas Superiores. O MPDFT foi representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, a Corregedora-Geral em exercício, Lenir de Azevedo, os Promotores de Justiça Roberto Carlos Batista (na ocasião representando o Diretor da Fundação Escola Superior do MPDFT) e Jairo Bisol.

Pela defesa e valorização do Terceiro Setor

O MPDFT e a Federação das Fundações Privadas do DF realizaram nos dias 18, 19 e 20 de outubro, no auditório do Edifício-Sede, o II Seminário do Terceiro Setor do DF com o tema “Quem somos e o que queremos?”. O evento debateu temas relacionados com o terceiro setor; as transformações na sociedade brasileira; o papel do



terceiro setor como agente político, econômico e social; as perspectivas de atuação e contribuição para o aperfeiçoamento das organizações sem fins lucrativos, e o relacionamento com os poderes constituídos e segmentos da sociedade. Além de debates e palestras, foram montados *stands* educativos no mezanino do Edifício-Sede do MPDFT.

Comissões de estudos democratizam decisões internas e podem interferir no processo legislativo

MPDFT é pioneiro ao participar da Reforma do Código de Processo Penal

A sugestão da comissão do MPDFT já está no Ministério da Justiça desde o dia 4 de outubro, entregue pelo Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, ao Ministério da Justiça interino, Antônio Augusto Anastasia.

Nenhum outro Ministério Público apresentou qualquer trabalho neste sentido à Comissão de Juristas do Ministério da Justiça encarregada de analisar o anteprojeto de Reforma do Código de Processo Penal.



Entrega do relatório da comissão que estudou a reforma do Código de Processo Penal. Da esquerda para a direita, no primeiro plano, os Promotores de Justiça Fernando Valente, Mauro Faria, Petrônio Calmon, André Vinícius; a Promotora de Justiça Adjunta Cláudia Valéria; a Vice-Procuradora de Justiça Nídia Corrêa Lima e o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque. No segundo plano, o Chefe de Gabinete, Andreilino Filho e os Promotores de Justiça José Theodoro e Rogério Schiatti

Atenção especial à Lei Orgânica das Polícias

Comissão criada para analisar e acompanhar o Projeto de Lei que estabelece normas gerais de organização e funcionamento das polícias civis dos Estados, DF e Territórios. **Conclusões:** que alguns artigos do projeto têm graves impropriedades conceituais, vícios de inconstitucionalidade, inoportunidade ou mesmo retrocesso legislativo. O artigo 24, na visão da comissão, é o pior de todos, porque, em conjunto com o § 1º do Código de Processo Penal, numa interpretação sistemática, inviabilizará a apuração de crimes por quaisquer outros órgãos e Poderes do Estado. Caso o dispositivo seja aprovado, o inquérito policial se tornará condição de procedibilidade da ação penal. Sem inquérito não haverá processo e só haverá inquérito quando o delegado quiser. O MPDFT levou a preocupação da instituição à votação deste Projeto de Lei.



Os Promotores de Justiça Mauro Faria e Delson Luiz entregam ao Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, o relatório da comissão que estudou as regras de atuação da Polícia Civil

Respeito ao princípio da antigüidade

Os trabalhos da comissão nomeada para proceder estudos sobre a questão resultaram na Portaria 714, de 28 de agosto de 2000, que regulamenta a designação de membros do MPDFT para officiar em **substituições** e **auxílios** nas Promotorias de Justiça. **Art. 1º** da Portaria, as substituições nos diversos ofícios do MPDFT processam-se independentemente de qualquer ato do Procurador-Geral de Justiça ou de sua Chefia de Gabinete, salvo em caráter excepcional (§ 3º). § 1º. Cabe ao substituído fazer comunicação imediata ao substituto e ao Promotor-Chefe de que deixa temporariamente o exercício na Promotoria. § 2º. Se a substituição for por período não superior a cinco dias úteis, observar-se-ão as regras estabelecidas nos

artigos 284 e seguintes da Portaria nº 178, de 21 de março de 2000. § 3º. Tratando-se de substituição por período superior a cinco dias úteis, caberá à Chefia de Gabinete, mediante provocação do Promotor-Chefe, providenciar a substituição dentre os Promotores de Justiça Adjuntos. § 4º. Igual providência será adotada quando houver acúmulo de serviço, devidamente justificado. § 5º. Em caso de substituição para audiências, caberá ao Promotor-Chefe, não sendo possível, por acúmulo de serviço, a aplicação do disposto na Portaria nº 178, de 2000, diligenciar para que outro Promotor venha a praticar o ato. **Art. 2º.** A Chefia de Gabinete providenciará a revisão geral de lotação dos Promotores de Justiça Adjuntos, obedecida a ordem de

antigüidade na carreira, para ter vigência a partir do primeiro dia útil de outubro de 2000. § 1º. Havendo necessidade de suprir determinada substituição ou auxílio, após a revisão geral, observar-se-á a ordem inversa de antigüidade. § 2º. Se a substituição ou o auxílio for por período superior a trinta dias, respeitar-se-á a ordem de antigüidade na carreira. Neste caso, até que se proceda à consulta, será observado o disposto no parágrafo anterior. § 3º. Não será designado para a substituição ou o auxílio de que trata o parágrafo primeiro, o Promotor de Justiça Adjunto que estiver substituindo o titular. **Art. 3º.** Nos meses de janeiro e julho, as designações serão feitas em caráter excepcional, atendidos o quantitativo de Membros e a necessidade do serviço.

Reestruturação do Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial

Essa comissão analisou todo o material sobre controle externo; investigação criminal; recebimento e tramitação de notícias crimes do referido órgão e a documentação relativa ao assunto dos Ministérios Públicos da maioria dos estados brasileiros. Outro assunto estudado foi a reestruturação do núcleo de forma a permitir o melhor andamento dos trabalhos sobre controle externo e investigação criminal. Depois de toda a análise, a comissão elaborou documento sobre temas de interesse do MP e se propõe a discutir com a classe e a apresentar as propostas ao Conselho Superior.

Crescimento em qualidade de trabalho e melhor atendimento ao cidadão

Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude

A construção da sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude vem ao encontro de antigas reivindicações dos Promotores e servidores por melhores condições físicas para atendimento ao público. Atualmente **não existe a divisão nos diversos setores da Promotoria**, Promotores de Justiça e servidores dividem o pequeno espaço reservado

ao MP e **não há sala apropriada para reunião**. Faltam computadores, e o público, **mal acomodado nos corredores, espera pelo atendimento**.

A nova Promotoria terá área total de aproximadamente 4.600 metros quadrados, localizada na EQN 711/911-Lote B, com frentes para as duas vias públicas de grande movimento e boa acessibilidade ao transporte coletivo. O estilo arquitetônico básico seguirá a linha do edifício da Promotoria de Taguatinga, com algumas adaptações como celas femininas e masculinas, fraldário e enfermaria para primeiros socorros. As pessoas portadoras de deficiência terão acesso ao prédio por diversas rampas, vagas específicas para automóveis e banheiros apropriados. A previsão de execução e entrega da obra é de, aproximadamente, 24 meses.



Falta de espaço marca a atual condição de trabalho na Promotoria da Infância e Juventude

*"Pelo projeto arquite-tônico da nova sede, nós podemos sentir que teremos melhores condições de trabalho. Vai melhorar em todos os aspectos para nós. A Promotoria precisa ampliar o **trabalho social** e isso vai poder ser feito lá."* Leslie Marques de Carvalho, Promotora-Chefe da Infância e da Juventude.



Esquerda para a direita: Promotoras de Justiça Leslie Carvalho, Maria Lúcia Cotos, Aurea Lins Leal, Marien Gadelha, Marisa Isar, Selma Leite do Nascimento

Promotoria de Justiça de Ceilândia

Promotores e servidores da Promotoria de Justiça de Ceilândia, a partir do próximo ano, irão ocupar novas instalações, mais amplas e modernas, no prédio anexo ao Fórum de Ceilândia. A mudança é resultado do esforço do Promotor-Chefe de Ceilândia, Fernando Valente, que resultou em um acordo firmado entre o Procurador-Geral e o presidente do TJDF, Edmundo Minervino Dias.

Atualmente, três ou quatro Promotores dividem uma mesma sala, o que dificulta a operacionalização dos trabalhos e o atendimento à comunidade. No novo prédio, os gabinetes são individuais, com banheiros privativos, e instalações dotadas de funcionalidade e equipamentos modernos que permitem, desde o

conforto do acesso do público às suas dependências, a um sistema de atendimento ágil e eficiente e privacidade nas audiências com os Promotores.

O prédio abriga, em seu subsolo, apoio técnico, como manutenção, segurança, limpeza e banheiro. O térreo contará com recepção, gabinete do Promotor-Chefe, cinco gabinetes de Promotores, área administrativa e banheiros. O 1º andar terá nove gabinetes e refeitório. E ainda ampla recepção, jardim interno, ar-condicionado e rede lógica.



Da esquerda para direita: Promotores de Justiça José Wilson F. Lima, Sebastião A. da Cunha, Mário C. de Almeida, Juliana V. A. Chagas, José Theodoro C. de Carvalho, Sandra G. Bernardes, Fernando Valente e Izaac Filho

"Agora teremos melhores condições de atender o público e oferecer um serviço mais dinâmico. Estamos, portanto, muito satisfeitos com essas novas instalações que vieram, inclusive, contribuir decisivamente para a melhoria do trabalho no âmbito desta Promotoria." Fernando César P. Valente, Promotor-Chefe de Ceilândia.



Promotoria do Gama: Coroando os esforços do Procurador Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e também do Promotor-Chefe do Gama, Wanderlei Ferreira dos Santos, foi aprovado, em sessão extraordinária

realizada, em 15 de dezembro, na Câmara Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº 787/2000, de autoria do Deputado César Lacerda, destinando a Área Especial nº 02, da Quadra 01 do Setor Norte do Gama para a instalação do MPDFT. A área, situada

entre o Corpo de Bombeiros e o novo Fórum do Gama, possui aproximadamente dez mil metros quadrados. Pelo projeto que foi aprovado, o GDF também já está autorizado a doar o imóvel ao MPDFT.